

Viação Santa Brígida Ltda.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Quotistas e Administradores da
Viação Santa Brígida Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Viação Santa Brígida Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viação Santa Brígida Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2020



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Viação Santa Brígida Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	512	756
Aplicações financeiras	3	16.187	15.664
Contas a receber	4	7.059	19.370
Estoques	5	4.362	4.714
Impostos a recuperar	6	3.121	807
Outras contas a receber	-	2.090	3.947
Total do ativo circulante		<u>33.331</u>	<u>45.258</u>
Ativo não circulante			
Depósitos e cauções	7	21.504	18.775
Impostos diferidos	8	777	-
Adiantamentos para investimentos	9	704	-
		<u>22.985</u>	<u>18.775</u>
Investimentos	10	641	4.492
Imobilizado	11	332.389	184.923
Intangível	-	64	163
Total do ativo não circulante		<u>356.079</u>	<u>208.353</u>
Total do ativo		<u>389.410</u>	<u>253.611</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	52.141	39.919
Fornecedores	13	4.076	12.189
Obrigações trabalhistas e sociais	14	34.469	33.798
Obrigações tributárias	15	1.636	1.568
Outras contas a pagar	-	4.187	4.240
Arrendamento	17	2.352	-
Total do passivo circulante		<u>98.861</u>	<u>91.714</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	153.606	93.562
Passivos contingentes	18	4.604	2.534
Outras contas a pagar	-	3.212	38
Arrendamento	17	62.504	-
Total do passivo não circulante		<u>223.926</u>	<u>96.134</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19	52.000	52.000
Reservas		14.623	13.763
Total do patrimônio líquido		<u>66.623</u>	<u>65.763</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>389.410</u>	<u>253.611</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita líquida	20	451.926	425.165
Custo dos serviços prestados	21	(400.178)	(383.429)
Lucro bruto		51.748	41.736
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(30.839)	(34.446)
Outras (despesas) operacionais líquidas	-	1.229	1.664
Resultado de equivalência patrimonial	10	88	205
Lucro operacional e antes do resultado financeiro		22.226	9.159
Resultado financeiro líquido	23	(20.967)	(5.954)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		1.259	3.205
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente	24	(1.176)	(972)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	8	777	-
Lucro líquido do exercício		860	2.233
Lucro líquido por quota - em reais		0,02	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	----- 860	----- 2.233
Total do resultado abrangente do exercício	----- <u>860</u>	----- <u>2.233</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social (Nota 19.a)	Reservas		Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva de capital	Reserva de lucros (Nota 19.b)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	34.000	117	29.617	-	63.734
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.233	2.233
Aumento de capital	18.000	-	(18.000)	-	-
Lucros distribuídos	-	-	(204)	-	(204)
Lucros a destinar	-	-	2.233	(2.233)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	52.000	117	13.646	-	65.763
Lucro líquido do exercício	-	-	-	860	860
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	860	(860)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	52.000	117	14.506	-	66.623

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	860	2.233
Ajustes para reconciliar o lucro do período com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	30.284	19.558
Provisão para contingência	2.070	(101)
Perda estimada com contas a receber	-	(1)
Resultado da equivalência patrimonial	(88)	(205)
Imposto diferido	(777)	-
Juros provisionados e não pagos	5.218	583
Resultado com operação de Swap	1.618	-
Variação cambial	(1.523)	-
Baixa de investimentos	1	-
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber	12.311	7.442
Estoques	352	(97)
Impostos a recuperar	(2.314)	508
Outras contas a receber	1.857	(2.915)
Depósitos judiciais	(2.729)	(2.243)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(8.113)	8.891
Obrigações trabalhistas e sociais	671	2.747
Obrigações tributárias	68	228
Outras contas a pagar	3.121	607
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	42.887	37.235
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(523)	(12.285)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	(111.618)	(114.881)
Baixa de imobilizado e intangível	931	498
Dividendos recebidos	3.938	-
Adiantamento para futuro investimento	(704)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(107.976)	(126.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	99.473	120.284
Pagamento de empréstimos – principal e juros	(32.520)	(19.951)
Arrendamento	(2.108)	-
Mútuos com coligadas	-	(10.634)
Distribuição de lucros	-	(204)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	64.845	89.495
(Redução) / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(244)	62
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	756	694
No fim do exercício	512	756
(Redução) / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(244)	62

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Viação Santa Brígida Ltda. (“Sociedade”) constituída em 26 de julho de 1966, tem por objetivo a exploração de serviços de transportes coletivos de passageiros, operando no Município de São Paulo conforme contrato de concessão celebrado com a Secretaria Municipal de Transportes, órgão da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo. Sua principal fonte de receita decorre da exploração destes serviços, que é auferida através de remuneração atribuída pela São Paulo Transportes S.A. – SP TRANS.

Em 06 de setembro de 2019, a Sociedade, através do Consórcio Bandeirante de Mobilidade AR1 e E1, obteve do Poder concedente a concessão dos serviços públicos de transporte de passageiros (linhas Municipais). O prazo da concessão é de 15 anos.

Para atender as demandas geradas por este serviço, a Empresa conta com aproximadamente, 4.092 colaboradores e 772 veículos, alocados em duas Unidades, localizadas no município de São Paulo.

2. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Sociedade) foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela diretoria da Sociedade em 12 de maio de 2020.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Sociedade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.1.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os principais valores estimados decorrem da seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, das provisões para passivos contingentes e trabalhistas, do reconhecimento de perdas para créditos de liquidação duvidosa e das determinações para tributos incidentes sobre o resultado e outras similares. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

2.2. Principais práticas contábeis

2.2.1 Apuração do resultado

O resultado das operações relativos aos custos e despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento do atingimento da obrigação de performance. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

2.2.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos imobilizado e intangível são revistos ao final de cada exercício para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil deve ser reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida imediatamente no resultado do exercício, com possível reversão no futuro, se julgado aplicável.

Na expectativa de continuidade operacional a Administração analisou a probabilidade de indicação de perda ou redução do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível, concluindo que não caberia qualquer ajuste de redução em 31 de dezembro de 2019.

2.2.3. Caixa e equivalente de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.2.4. Instrumentos financeiros

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos e passivos financeiros como de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes, fornecedores e empréstimos e financiamentos

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização ou liquidação, estando, quando aplicável, destacados na correspondente nota explicativa os rendimentos ou encargos financeiros auferidos ou incidentes, os quais refletem as condições usuais de mercado.

(b) Considerações sobre riscos

Risco de crédito

É avaliado como baixo em face da particularidade da operação (transporte de passageiro). As demonstrações contábeis, quando aplicável, contemplam eventuais perdas esperadas na recuperação de recebíveis.

(c) Derivativos

A Sociedade possui operações de *swap* de fluxo de caixa no exercício de 2019 e 2018, contratados as condições normais de mercado, os detalhes destas operações estão divulgados na Nota Explicativa nº 12 item a).

2.2.5. Contas a receber

São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal e deduzidas das perdas de crédito esperadas com base em análise dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. Não há ajuste a valor presente do saldo do contas a receber devido ao curto prazo de realização.

2.2.6. Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado; o reconhecimento de perda para estoques obsoletos é efetuado sempre que identificado.

2.2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações (em base *pro-rata dia*).

2.2.9. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo seu valor nominal acrescidos de juros, calculado "*pro-rata dia*" até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As parcelas vincendas em período acima de 12 meses são classificadas no passivo não circulante.

2.2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.11. Passivos contingentes

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Sociedade.

2.2.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

2.2.13. Tributação

Impostos sobre prestação de serviços

As receitas de venda e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição previdenciária sobre a receita bruta – 2%

As receitas de serviços prestados estão apresentadas líquidos destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Os tributos diferidos, quando aplicável, são calculados sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, decorrentes das adições e exclusões efetuadas no resultado contábil para fins da determinação do resultado tributário. Essa contabilização está fundamentada na expectativa de realização de lucros tributáveis para o próximo exercício.

2.2.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Sociedade verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros e não financeiros.

Passivos contingentes

A Sociedade reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a Sociedade está sujeita.

2.2.15 Novas normas, alterações e interpretações de normas aplicadas pela primeira vez para o período iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2019

CPC 06(R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)”

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – “Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)” e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Adoção inicial

A Sociedade adotou o CPC 06 (R2) de acordo com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. Optou-se por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

A Sociedade classificou somente os contratos de aluguéis de imóveis como arrendamentos de acordo com a norma. Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de juros correspondente ao custo médio ponderado do capital de 11,73% ao ano em 1º de janeiro de 2019, calculada com base nos indicadores da Sociedade, cuja adoção inicial está demonstrada no quadro abaixo, sem impactos sobre o patrimônio líquido:

1º de janeiro de 2019

Ativo	
Imobilizado - direito de uso (Nota Explicativa nº 10)	63.625
Passivo	
Arrendamento - curto prazo (Nota Explicativa nº 16)	2.035
Arrendamento - longo prazo (Nota Explicativa nº 16)	61.590

ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (IFRIC 23)”

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica aos tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes aos juros e multas associados aos tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- (i) Se a Sociedade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- (ii) As suposições que a Sociedade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- (iii) Como a Sociedade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- (iv) Como a Sociedade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Sociedade determinou se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, seguindo a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação foi adotada pela Sociedade a partir de 1º de janeiro de 2019, sem efeitos sobre as demonstrações contábeis.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo para a Sociedade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	476	675
Bancos	36	81
Total de caixa e equivalentes de caixa	512	756
Aplicações financeiras	16.187	15.664
Total de aplicações financeiras	16.187	15.664

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

4. Contas a receber

	2019	2018
São Paulo Transporte S.A.	5.758	18.903
Clientes diversos	1.443	609
(-) Perda esperada com contas a receber	(142)	(142)
Total	7.059	19.370

Os valores a receber da São Paulo Transporte S.A, refere-se aos serviços de transporte coletivo de passageiros, reconhecidos pelo valor individual das bilhetagens incorridas. O saldo de R\$ 5.758 não possui créditos vencidos em 31 de dezembro de 2019.

A composição do saldo, com base nos vencimentos, é a seguinte:

	2019	2018
Valores a vencer	6.913	19.466
Vencidas de 01 a 30 dias	59	25
Vencidas de 31 a 60 dias	15	12
Vencidas de 61 a 90 dias	7	-
Vencidas de 90 a 180 dias	7	1
Vencidas a mais de 180 dias	200	8
Total	7.201	19.512

A movimentação da perda esperada com contas a receber é conforme segue:

	2019	2018
Saldo inicial	(142)	(143)
Reversão	-	1
Saldo final	(142)	(142)

Por meio de julgamento realizado com base no histórico de realização dos valores em aberto e na expectativa de perdas futuras, a Administração da Sociedade entende que não existem perdas adicionais significativas a serem registradas em 31 de dezembro de 2019.

5. Estoques

	2019	2018
Combustíveis	923	844
Peças, componentes e acessórios	2.293	2.297
Pneus	171	306
Uniformes	240	321
Recondicionados	325	436
Estoque em poder de terceiro	140	207
Outros	270	303
Total	4.362	4.714

6. Impostos a recuperar

	2019	2018
IRRF	62	48
IRPJ	2.244	569
CSLL	802	175
INSS	13	15
Total	3.121	807

7. Depósitos e cauções

	2019	2018
Depósitos processos trabalhistas	5.486	5.207
INSS – FAP (i)	15.451	10.767
Outros	567	558
Total	21.504	16.532

(i) A Sociedade está em discussão judicial junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre o percentual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), da forma que mantém depositado em juízo os montantes em discussão.

8. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com base na diferença temporária em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R\$ 777.

9. Adiantamentos para investimentos

	2019
Adiantamento para constituição do STCP SP – FIP (i)	704
Total	704

(i) Em decorrência de requerimento contratual junto ao Poder Concedente, a Sociedade e os demais participantes do sistema de transporte coletivo público da Cidade de São Paulo devem constituir um Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com o objetivo de aquisição de participação em empresa do setor de tecnologia da informação voltada para o mercado de transporte coletivo de passageiros e para administração de ativos relacionados, direta ou indiretamente a esta finalidade. Em decorrência deste requerimento contratual, o Poder Concedente efetua a retenção de valores sobre a remuneração devida à Sociedade, e que serão posteriormente convertidos em cotas do fundo no momento da sua constituição.

10. Investimentos

O saldo de investimentos está assim apresentado:

	% de Participação	2019	2018
Coligadas Diretas			
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	35,80%	641	4.491
Sul Real XXVII Participações Ltda. (i)	50%	-	1
Total		641	4.492

(i) A Sociedade investida, Sul Real XXVII Participações Ltda. foi encerrada no exercício de 2019, tendo a certidão de baixa de inscrição no CNPJ emitida em 17 de julho 2019.

A Sociedade não controla as coligadas.

As movimentações para o período findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Primebus	Sul Real XXVII	Total Investimentos
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.491	1	4.492
Resultado de equivalência patrimonial	88	-	88
Distribuição de lucros	(3.938)	-	(3.938)
Baixa de investimentos	-	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	641	-	641

As informações acerca dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como seguem:

Investidas	2019				
	País	Participação	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	Brasil	36,55%	1.791	19	247

Investidas	2018				
	País	Participação	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízos)
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	Brasil	36,55%	12.543	240	558
Sul Real XXVII Participações Ltda.	Brasil	50%	2	-	(2)

11. Imobilizado

	Média de vida Útil estimada (em anos)	Bens em operação				Depreciação acumulada				Imobilizado líquido	
		2018	Adição	Baixa	2019	2018	Adição	Baixa	2019	2019	2018
		Instalações e benfeitorias	4	1.807	15	-	1.822	(1.315)	(113)	-	(1.428)
Máquinas e equipamentos	10	2.901	113	-	3.014	(2.109)	(150)	-	(2.259)	755	792
Móveis e utensílios	10	2.247	35	(4)	2.278	(1.635)	(167)	-	(1.802)	476	612
Ônibus	5 a 10	371.634	111.299	(39.213)	443.720	(197.876)	(24.304)	38.379	(183.801)	259.919	173.758
Vans	-	1.848	-	(193)	1.655	(1.199)	(180)	112	(1.267)	388	649
Veículos de suporte operacional	5 a 10	1.018	-	(77)	941	(833)	(65)	65	(833)	108	185
Equipamentos de informática	5	2.457	18	-	2.475	(2.261)	(101)	-	(2.362)	113	196
Validadores eletrônicos	5	6.330	138	-	6.468	(3.420)	(447)	-	(3.867)	2.601	2.910
AVL - GPS	-	2.350	-	-	2.350	(2.291)	(14)	-	(2.305)	45	59
Benfeitorias em bens de terceiros	4	6.316	-	-	6.316	(1.046)	(251)	-	(1.297)	5.019	5.270
Direito de uso (i)		-	66.964	-	66.964	-	(4.393)	-	(4.393)	62.571	-
Total		398.908	178.582	(39.487)	538.003	(213.985)	(30.185)	38.556	(205.614)	332.389	184.923

(i) Direito de uso referente aos arrendamentos das localidades de Jaraguá e Mangalot.

12. Empréstimos e financiamentos

	Encargos (%a.a.)	2019	2018
Empréstimos e capital de giro (a)	Taxa Fixa+CDI	56.011	35.417
Finame (b)	TJLP+Taxa Fixa	86.037	98.064
Leasing financeiro (c)	Taxa fixa	63.698	-
Total empréstimos e financiamentos		205.747	133.481

Circulante	52.141	39.919
Não circulante	153.606	93.562
Total empréstimos e financiamentos	207.747	133.481

(a) Empréstimos e capital de giro

	Taxa a.a.	2019	2018
Banco Safra	9,80%	479	6.197
Banco Bradesco S/A	10,03%	7.278	11.396
Banco Itaú – Swap (i)	4,7% e 4,02%	56.583	23.091
(-) Encargos Financeiros	-	(8.329)	(5.267)
Total empréstimos e capital de giro		56.011	35.417

(i) A Sociedade celebrou contratos junto ao Banco Itaú S.A. para operação de troca de resultado financeiro (*Swap* de fluxo de caixa), sobre os empréstimos nos montantes de US\$ 4.804 em 11 de setembro de 2018 e US\$ 8.657 em 29 de novembro de 2019, com vencimentos para 14 de setembro de 2020 e 25 de abril de 2024, respectivamente. A Sociedade obriga-se pela diferença entre a parcela de juros e parcela de principal, caso estas sejam superiores as respectivas parcelas de juros e principal do Banco Itaú S.A. nas respectivas datas de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2019, o resultado da marcação a mercado dos contratos de *Swap* não liquidados era de R\$ 1.618 a pagar ao Banco Itaú (Nota Explicativa nº 23).

(b) Finame

	Taxas a.a.	2019	2018
Banco Safra	10,31%	25.568	33.830
Banco Mercedes-Benz	10,40%	383	3.540
Banco Volvo Brasil S/A	10,09%	70.793	60.177
Banco Santander	10,09%	7.681	9.844
Financeira Alfa S/A	9,60%	43	773
(-) Encargos financeiros	-	(18.431)	(10.100)
Total Finame		86.037	98.064

(c) *Leasing* financeiro

	Taxas a.a.	2019	2018
Banco Safra	9,03%	24.274	-
Banco Bradesco	9,85%	31.607	-
Banco Santander	9,17%	21.641	-
(-) Encargos financeiros	-	(13.824)	-
Total <i>leasing</i> financeiro		63.698	-

Os empréstimos e financiamentos estão representados por linhas de crédito obtidas através do *Finame*, *leasing* financeiro e empréstimos em moeda estrangeira basicamente obtidos para aquisição de veículos para a frota operacional, a taxas usuais de mercado junto aos bancos de primeira linha.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	133.481
Captação	99.473
Pagamento – principal	(22.532)
Pagamento – juros	(9.988)
Variação cambial	(1.523)
Swap – MTM	1.618
Encargos financeiros	5.218
Saldo em 31 de dezembro de 2019	205.747

O cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Ano de vencimento

2021	47.249
2022	42.391
2023	30.425
Acima de 2024	33.541
Total empréstimos e financiamento passivo não circulante	153.606

13. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores de combustíveis, peças para manutenção, carrocerias e chassis	4.076	12.189
Total	4.076	12.189

São representados por fornecedores de combustíveis, peças para manutenção, carrocerias e chassis. A redução do saldo em 31 de dezembro de 2019, quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2018, deve-se às aquisições de carrocerias e chassis feitas durante o exercício de 2018.

14. Obrigações trabalhistas e sociais

	2019	2018
Salários a pagar	6.316	6.587
Pensões alimentícias a pagar	218	224
INSS a recolher	2.722	2.839
FGTS a recolher	1.810	1.884
Provisão de férias e encargos sociais	23.123	22.002
Outros	280	262
Total	34.469	33.798

15. Obrigações tributárias

	2019	2018
PIS a recolher	1	1
Cofins a recolher	4	7
CPRB a recolher	712	685
IRRF a recolher	908	864
Impostos retidos de terceiros a recolher	11	11
Total	1.636	1.568

16. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos. A remuneração paga ou a pagar por serviços está representada por honorários que atingiram R\$ 1.129 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.069 em 31 de dezembro de 2018).

Transações com partes relacionadas – compartilhamento de despesas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as transações com partes relacionadas referiram-se ao compartilhamento de custos e despesas administrativas pagas à Nossa Senhora do Ó S.A. (“CENSO”) no montante de R\$ 6.408 (R\$ 6.373 em 31 de dezembro de 2018).

17. Arrendamentos

A Sociedade possui contrato de arrendamento referente à duas garagens, sendo uma em Osasco e outra em Santana do Parnaíba, por serem contratos de mesma natureza, ambos estão sendo apresentados em conjunto.

O cronograma de pagamento dos arrendamentos e conforme segue:

Fluxo de pagamentos	2019
2020	8.340
A partir de 2021	108.420
Total	116.760
Encargos financeiros futuros	(51.904)
Valor presente do arrendamento	64.856
Curto prazo	2.352
Longo prazo	62.504
Total	64.856

A movimentação do arrendamento é conforme segue:

	2019
Adoção inicial	63.625
Juros pagos	6.092
Pagamentos	(8.200)
Reajuste contratual	3.339
Saldo em 31/12/2019	64.856

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA estimada para 2020 de 3,15% representam os seguintes montantes:

Ativos de direito de uso		Passivos de Arrendamento	
31/12/2019		31/12/2019	
Fluxo real		Fluxo real	
Direito de uso	62.571	Passivo de arrendamento	64.856
Depreciação	(4.393)	Despesa financeira	(6.092)
31/12/2019		31/12/2019	
Fluxo inflacionado		Fluxo inflacionado	
Direito de uso	64.542	Passivo de arrendamento	66.899
Depreciação	(4.531)	Despesa financeira	(6.284)

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – “Arrendamento”, sendo arrendamentos de curto prazo ou arrendamentos de baixo valor, geraram impacto no resultado conforme abaixo:

	2019	2018
Aluguel de imóvel	1	1
Total	1	1

18. Passivos contingentes

A Administração da Sociedade, baseada na avaliação de seus assessores jurídicos, provisionou os processos classificados como perdas prováveis em 31 de dezembro de 2019 conforme segue:

Provisão para contingências	2019	2018
Trabalhistas	3.491	2.473
Cível	1.113	62
Total	4.604	2.535

Perdas possíveis

A Sociedade tem ações de natureza trabalhistas e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 5.398 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.124 em 31 de dezembro de 2018).

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social está representado por 52.000.000 (cinquenta e dois milhões) quotas subscritas e integralizadas, ao valor unitário de R\$ 1,00 totalizando R\$ 52.000 (cinquenta e dois milhões de reais). Conforme a 19ª alteração do Contrato Social ocorrida em 05 de junho de 2018, os sócios cotistas aprovaram o aumento do capital com reservas de lucros na proporção de R\$ 18.000 (dezoito milhões de reais), mediante a emissão de 18.000.000 (dezoito milhões) de novas cotas a serem distribuídas aos sócios cotistas na proporção das participações já existentes.

b) Reserva de lucros a destinar

A Administração da Sociedade propôs a constituição da reserva de lucros a destinar mediante a destinação integral do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 14.506 (R\$ 13.646 em 31 de dezembro de 2018), conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

20. Receita líquida

	2019	2018
Receita bruta		
Prestação de serviços públicos	461.149	433.842
	461.149	433.842
Impostos e contribuições sobre receitas		
Contribuição Previdenciária (sobre receita bruta)	(9.223)	(8.677)
	(9.223)	(8.677)
Receita líquida	451.926	425.165

21. Custo dos serviços prestados

	2019	2018
Custo com pessoal	(255.842)	(248.128)
Combustível/lubrificantes	(90.059)	(83.773)
Materiais	(22.508)	(25.432)
Serviços	(1.100)	(1.587)
Legalizações - veículos	(1.276)	(1.318)
Aluguéis	(88)	(102)
Manutenção de bens e instalações	(1.835)	(1.974)
Concessionárias	(1.333)	(1.367)
Depreciação/amortização	(25.241)	(18.837)
Serviços profissionais	(174)	(177)
Outros custos	(722)	(734)
Total	(400.178)	(383.429)

22. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Custo com pessoal	(15.349)	(15.176)
Despesas com veículos	(14)	(347)
Legalização de veículos	(62)	(47)
Aluguéis	(335)	(8.202)
Manutenção de bens e instalações	(276)	(319)
Concessionárias	(376)	(404)
Depreciação/amortização	(5.043)	(718)
Serviços profissionais	(2.017)	(1.957)
Compartilhamento de despesas - CENSO	(6.408)	(6.373)
Outras despesas	(959)	(903)
Total	(30.839)	(34.446)

23. Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros e dividendos	168	147
Juros sobre aplicações financeiras	1.102	1.030
Descontos obtidos	72	76
Outras receitas financeiras	-	-
Total das receitas financeiras	1.342	1.253
Despesas financeiras		
Juros passivos sobre empréstimos e financiamentos	(15.630)	(6.380)
Variação cambial	1.523	-
Resultado sobre operação de Swap	(1.618)	-
Juros sobre arrendamento	(6)	-
Descontos concedidos	(466)	(4)
Despesas bancárias	(20)	(667)
Imposto s/ operações financeiras – IOF	(6.092)	(156)
Total das despesas financeiras	(22.309)	(7.207)
Resultado financeiro líquido	(20.967)	(5.954)

24. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.260	3.205
Adições/(exclusões)	5.662	561
Lucro tributável	6.922	3.776
Imposto de renda	(1.038)	(565)
Adicional de 10%	(367)	(310)
Contribuição social	(623)	(339)
Outras	852	242
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.176)	(972)

25. Cobertura de seguros

A Sociedade não possui cobertura de seguros, em virtude de não considerar aplicável em sua atividade operacional, para cobrir eventuais perdas no seu ativo imobilizado.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros.

26. Eventos subsequentes

COVID-19

Desde meados do mês de março, o mundo foi surpreendido pelo crescente avanço de uma doença surgida no final de 2019 e que se alastrou rapidamente, gerando uma pandemia global. Seus efeitos mais diretos começaram a aparecer no Brasil no final de fevereiro e em março os governos estaduais e municipais impuseram algumas ações de isolamento social que tiveram impacto direto em todos os negócios do Grupo Nossa Senhora do Ó, a qual pertence a Sociedade.

Para as empresas de transporte urbano, o impacto foi sentido já em meados de março, a partir do momento em que as medidas de isolamento começaram a tomar força, com a redução drástica de passageiros transportados em toda a cidade de São Paulo e municípios vizinhos. No final de março essa redução, na média, chegou a quase 70% de passageiros, obrigando as empresas a tomarem algumas medidas emergenciais. Como primeira ação, em acordo com as prefeituras e governo do Estado, a frota foi reduzida de 50 a 60% nos diversos municípios em que o grupo opera, sempre respeitando a necessidade de não haver muita lotação nos carros para preservar nossos passageiros e funcionários.

Além disso, imediatamente após as medidas de restrição de deslocamentos, todos os colaboradores do Grupo com mais de 60 anos ou que são parte dos grupos de risco foram colocados de férias para não se exporem ao risco de contaminação. Para o mês de abril, todas as empresas do grupo aderiram também aos programas do governo de redução de jornada e salários e suspensão do contrato de trabalho para adequar a quantidade de funcionários a demanda de trabalho após a redução da frota. A Administração do Grupo fez a adesão da prorrogação de pagamentos de empréstimos em praticamente todos os contratos de financiamento por 180 dias sem nenhum custo extra, diluindo o pagamento desses vencimentos nas parcelas restantes do contrato, sem o aumento do prazo da dívida. Além disso, estamos aderindo às iniciativas do governo em postergar o pagamento de alguns tributos como FGTS, PIS, Cofins, IR, INSS para melhor casar as saídas de recurso com o novo fluxo de entradas imposto. Também fizemos a negociação com diversos fornecedores para a prorrogação dos prazos de pagamentos das nossas obrigações para até 60 dias. O mais relevante foi com as distribuidoras de diesel, em que aumentamos de 2 para 15 dias de prazo de pagamento sem nenhum ônus financeiro para o grupo. E existe a intenção por parte de algumas prefeituras e do governo do Estado de aumentar o subsídio ao transporte para mantê-lo operando com uma oferta maior do que a necessária para que as pessoas que tenham que circular, possam fazê-lo de maneira segura e em carros mais vazios. A Administração acredita que com essas medidas adotadas conseguirá não ter grandes desencaixes de caixa durante o período que durar a crise.

* * *